

Menos dinheiro para doenças do coração

A Associação Nacional de Cardiologia (ANACARD) acusou esta quarta-feira o Governo de pôr em risco o diagnóstico das doenças cardiovasculares ao reduzir a comparticipação do Estado às unidades de saúde privadas que prestam estes serviços, noticia a Lusa.

Segundo um comunicado da ANACARD, a tabela de preços da convenção de cardiologia com o Serviço Nacional de Saúde (SNS) vai ser reduzida em 2,9 por cento, com efeitos a partir de 1 de Julho.

«Isto vai atrasar a capacidade de resposta das unidades convencionadas [que têm acordo com o Ministério da Saúde] e obrigar os utentes mais desfavorecidos, os que não têm seguros de saúde, a esperar ou a recorrer aos privados não convencionados», criticou, em declarações à Agência Lusa, o vice-presidente da ANACARD.

António Trigo Pereira adiantou ainda que a tabela de convenções, em vigor desde 1987, foi actualizada apenas duas vezes (uma subida de cinco por cento em 1999 e outra de quatro por cento em 2002) e já tinha sofrido uma redução de 5 por cento no ano passado, que foi alvo de impugnação judicial, estando ainda o processo a correr.

A decisão do ministério deve-se, segundo explicou, ao facto das unidades convencionadas não terem cumprido o objectivo de «crescimento zero» nas despesas da área de saúde imposto pelo Orçamento de Estado, tendo aumentado a despesa em 2,9 por cento.

Uma situação que a associação de cardiologistas repudia por ser duplamente penalizante, já que o acréscimo da despesa se deveu ao facto das unidades convencionadas «responderem ao volume de meios de diagnóstico» que lhes foi pedido pelos médicos do SNS.

A ANACARD acrescenta que o Ministério da Saúde paga duas a quatro vezes mais aos hospitais pelos mesmos actos médicos prestados pelas unidades convencionadas.

Por exemplo, um electrocardiograma vale 7,30 euros na tabela convencionada com os hospitais, mas corresponde a apenas 3,87 euros na tabela de convenções estabelecida com os estabelecimentos de saúde privados.

António Trigo Pereira lembrou que as doenças cardiovasculares são uma «patologia prevalente em Portugal» e que o país «está muito mal colocado em termos europeus», estando no topo da taxa de mortalidade por AVC (acidente vascular cerebral), devido à alta prevalência de hipertensão arterial insuficientemente diagnosticada e tratada.

O especialista sublinhou que «se não for feito um diagnóstico precoce» as doenças acabam por atingir uma fase mais evoluída «com custos directos e indirectos muito mais elevados».

A ANACARD já fez uma exposição sobre a decisão do Governo ao Presidente da República, Comissão Parlamentar de Saúde e Entidade Reguladora da Saúde e vai aguardar um parecer destas entidades para decidir quais as medidas a tomar.

